



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 18/2015 (Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

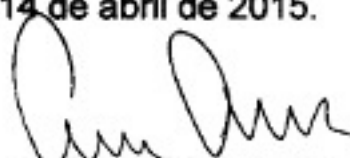
Instituição do Dia Estadual do Turismo
no Estado do Paraná.

Art. 1º Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia do Turismo, a ser comemorado anualmente no dia 27 de maio.

Art. 2º A data instituída no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Douglas Fabrício


Relator Prof. Leiva



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 134/2015 (Autoria da Comissão Executiva)

Criação do Cadastro Informativo Estadual - Cadin Estadual.

Art. 1º Cria o Cadastro Informativo Estadual - Cadin Estadual, destinado à consolidação das pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Estado do Paraná, incluindo as empresas públicas e de economia mista nas quais o Estado seja majoritário.

Art. 2º São consideradas pendências passíveis de inclusão no Cadin Estadual:

I - as obrigações pecuniárias vencidas e não pagas; e

II - a ausência de prestação de contas, exigível em razão de disposição legal ou cláusulas de convênio, acordo ou contrato.

Art. 3º As pessoas físicas e jurídicas com registro no Cadin Estadual estarão impedidas de realizar com os órgãos e entidades da administração estadual os seguintes atos:

I - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros da administração estadual;

II - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;

III - concessão de auxílios e subvenções;

IV - concessão de incentivos fiscais e financeiros; e

V - expedição de alvarás de licença, de autorização especial, ou de quaisquer outros tipos de alvarás, licenças, permissões ou autorizações decorrentes do Poder de Polícia Estadual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

I - às operações destinadas à composição e regularização das obrigações e deveres objeto de registro no Cadin Estadual, sem desembolso de recursos por parte do órgão ou da entidade credora; e

II - à concessão de auxílios a municípios atingidos por calamidade pública reconhecida pelo Governo do Estado, bem como às transferências voluntárias de que trata o § 3º do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º O disposto no art. 3º desta Lei não constituirá impedimento para que a autoridade competente firme contrato com pessoas jurídicas que exerçam atividades sob o regime de monopólio ou sob regime de concessão em que haja exclusividade na prestação de serviços, bem como, autorize os pagamentos decorrentes, desde que estes serviços sejam imprescindíveis para o Estado e que o fato seja devidamente justificado no respectivo processo administrativo.

Art. 5º O registro das pendências para fins de inclusão no Cadin Estadual deverá ser realizado, no prazo de até dez dias contados da inadimplência, pelas seguintes autoridades:

I - pelos titulares das Secretarias de Estado ou autoridades a eles equiparados, em relação às pendências relacionadas às respectivas Pastas;

II - pelo dirigente máximo, em relação às pendências relacionadas aos órgãos da administração indireta e paraestatal; e

III - pelo Diretor-Presidente, em relação às pendências relacionadas às empresas públicas e sociedades de economia mista.

Parágrafo único. A atribuição prevista no *caput* deste artigo poderá ser delegada, pelas autoridades ali indicadas, a servidor devidamente designado mediante Ato publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 6º Incumbirá à Secretaria de Estado da Fazenda expedir regulamento para implantação e manutenção do Cadin Estadual.

§ 1º Incumbirá à Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de cinco dias contados do registro de que trata o art. 5º desta Lei, comunicar

ao devedor, seja via postal, telegráfica ou eletrônica, que seu nome será incluído no Cadin Estadual.

§ 2º A comunicação de que trata o § 1º deste artigo será considerada entregue quinze dias após a efetiva e respectiva postagem ou envio.

§ 3º A inclusão no Cadin Estadual ocorrerá até trinta dias após decorrido o prazo de entrega de que trata o § 2º deste artigo.

§ 4º O prazo previsto no § 3º deste artigo, para a inclusão do Cadin Estadual das pendências constituídas até a data da regulamentação deste Capítulo, será de sessenta dias.

Art. 7º O Cadin Estadual conterá as seguintes informações:

I - identificação do devedor;

II - data da inclusão no cadastro;

III - órgão responsável pela inclusão.

Art. 8º Os órgãos e entidades da administração estadual manterão registros detalhados das pendências incluídas no Cadin Estadual, permitindo irrestrita consulta exclusivamente pelos devedores aos seus respectivos registros, preservado o direito ao sigilo dos mesmos, nos termos do Regulamento.

Art. 9º A inexistência de registro no Cadin Estadual constitui prova de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual para todos os efeitos legais e normativos.

§ 1º A certificação de inexistência de que trata o *caput* deste artigo substitui todas as certidões emitidas por órgãos ou entidades do Estado do Paraná, em nome da pessoa física e jurídica.

§ 2º A emissão da certidão de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual, com base nos registros no Cadin Estadual deverá ser emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda com prazo de validade de até trinta dias, para fins de licitação ou outras situações específicas.

§ 3º Até a implantação do Cadin Estadual, a inexistência de registro no respectivo cadastro não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elidirá a apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade perante a administração pública estadual.

Art. 10. O registro do devedor no Cadin Estadual ficará suspenso:

I - quando o devedor comprovar que ajuizou ação com o objetivo de discutir a natureza da obrigação ou o seu valor, com oferecimento de garantia idônea e suficiente ao juízo; e

II - nas hipóteses em que a exigibilidade da pendência objeto do registro estiver suspensa, nos termos da Lei.

Parágrafo único. A suspensão do registro não acarreta a sua exclusão do Cadin Estadual, mas apenas a suspensão dos impedimentos previstos no art. 3º desta Lei.

Art. 11. Uma vez comprovada a regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin Estadual, o registro correspondente deverá ser excluído pelas autoridades indicadas no art. 5º desta Lei, no prazo de até cinco dias úteis.

Art. 12. A inclusão ou exclusão de pendências no Cadin Estadual sem observância das formalidades ou fora das hipóteses previstas nesta Lei sujeitará o agente à responsabilização decorrente de seu ato.

Art. 13. A Secretaria de Estado da Fazenda será a gestora do Cadin Estadual, sem prejuízo da responsabilidade das autoridades indicadas no art. 5º desta Lei.

Art. 14. O descumprimento, pela autoridade administrativa ou por seu delegado, dos deveres decorrentes desta Lei será considerado falta de cumprimento do dever funcional para fins de aplicação das penalidades previstas na legislação relativa à responsabilidade do detentor de cargo público.

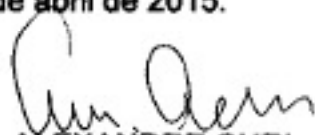
Art. 15. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até noventa dias, contados da sua publicação.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.



Hussel



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator Pastor Elson



Prof. Leun

PROJETO DE LEI 506/14

Criação do Conselho Estadual dos
Direitos dos Refugiados, Migrantes e
Apátridas do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Institui, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

Art. 2º O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, tem por finalidade viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas.

Art. 3º Compete ao Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR:

I – avaliar, deliberar e participar da elaboração das políticas públicas estaduais destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

II – acompanhar e fiscalizar a implementação das políticas públicas estaduais destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

III – propor a adoção de mecanismos e instrumentos para realizar o levantamento e a sistematização de dados sobre a ocorrência de migração e entrada de refugiados no Estado do Paraná;

IV – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

V – assegurar a participação e o controle popular sobre a elaboração e a implementação das políticas públicas para promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, por intermédio de programas, projetos, planos e ações;

VI – indicar as prioridades de atuação, auxiliando na aplicação de recursos públicos estaduais destinados à implementação das políticas públicas estaduais voltadas aos refugiados, migrantes e apátridas;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VII – acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Estado, indicando à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU as modificações necessárias à consecução da política pública estadual formulada, bem como para o adequado funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR;

VIII – receber, encaminhar e acompanhar as denúncias relacionadas às violações dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas aos órgãos competentes, na forma prevista em Regimento Interno;

IX – encaminhar estrangeiros que sejam identificados como vítimas de tráfico de pessoas ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Paraná – NETP/PR;

X – propor e fomentar a realização de campanhas destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

XI – acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, programas e projetos decorrentes de Tratados e Convenções Internacionais;

XII – instituir Câmaras Técnicas ou instâncias compostas por membros do Conselho, com a finalidade de promover a discussão e a articulação de temas relevantes para a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas no Estado do Paraná;

XIII – prestar colaboração técnica e informativa, em sua área de atuação, aos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná e às entidades da sociedade civil organizada;

XIV – indicar alterações legislativas, quando necessário, para o aperfeiçoamento da legislação vigente;

XV – incentivar e realizar estudos, debates e pesquisas sobre a temática;

XVI – promover e manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais, visando à defesa e promoção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

XVII – emitir notas de recomendação às entidades públicas e privadas para assegurar a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, fixando prazo razoável para seu atendimento ou para manifestação das entidades;

XVIII – orientar agentes públicos, formuladores e gestores das políticas públicas, sobre as ações de promoção dos direitos e deveres dos solicitantes de refúgio, refugiados, migrantes e apátridas;

XIX – promover a capacitação e instrumentalização dos conselheiros estaduais e municipais dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

XX – pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU;

4



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

XXI – elaborar e apresentar, anualmente, ao Secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, ao Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania e à sociedade civil, relatório circunstanciado de suas atividades desenvolvidas durante o período;

XXII – aprovar, de acordo com os critérios a serem estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento aos refugiados, migrantes e apátridas;

XXIII – elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR.

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado do Paraná, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o cumprimento das suas competências.

Art. 4º O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR será composto por 22 (vinte e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

Art. 5º A representação do Poder Público será composta por:

I – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETP, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Educação SEED, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM, a serem indicados pelo titular da Pasta;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Casa Civil - CC, a serem indicados pelo titular da Pasta;

X – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Defensoria Pública da União, a ser indicado pelo Defensor Público Geral;

XI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Universidade Federal do Paraná - Catedra Sérgio Vieira de Mello, a ser indicado pelo Reitor da Instituição.

Art. 6º A representação da sociedade civil organizada será composta por 11 (onze) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral a ser convocada para este fim específico, dentre as entidades da sociedade civil organizada obrigatoriamente ligadas à proteção e defesa dos direitos dos refugiados, migrantes ou apátridas, estatutária ou por carta de princípios, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 7º Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, com direito a voz, mas sem direito a voto:

I – 01 (um) representante do Ministério Público Federal e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Procurador Regional da República;

II – 01 (um) representante do Ministério Público do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná;

III – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná;

IV – 01 (um) representante do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente do Comitê CETP/PR;

V – 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Defensor Público Geral;

VI – 01 (um) representante da Polícia Federal e seu suplente, preferencialmente que atuem na Delegacia de Imigrantes, a serem indicados anualmente pelo Superintendente Regional do Paraná.

Art. 8º O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, poderá convidar para participar de suas reuniões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 9º Considera-se o exercício da função de Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR como de serviço público relevante e prioritário, justificando ausência a outros serviços, e sem percepção de remuneração ou gratificação.

Art. 10. Os membros do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná.

Art. 11. O mandato dos membros do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR é de 03 (três) anos, sendo permitida a recondução.

Art. 12. Caberá aos órgãos públicos e à sociedade civil organizada a indicação de seus membros efetivos e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU.

Art. 13. Os representantes da sociedade civil organizada e seus respectivos suplentes somente serão destituídos de seus mandatos por deliberação da maioria qualificada do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 14. O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

Art. 15. As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR em primeira convocação serão tomadas pela maioria simples, estando presentes a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR em segunda convocação serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes.

Art. 16. Todas as reuniões do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR serão públicas e abertas à manifestação dos participantes, mediante autorização do Presidente do Conselho.

Parágrafo único. Os participantes das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR deverão inscrever-se junto ao Secretário Geral para manifestar-se e aguardar a autorização do Presidente do Conselho, o qual deverá avaliar a oportunidade e conveniência do momento adequado para a manifestação.

Art. 17. Ao Presidente do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR compete:

I – representar o Conselho junto às autoridades, aos órgãos públicos e às entidades da sociedade civil;

II – dirigir as atividades do Conselho;

III – convocar e presidir as sessões do Conselho;

IV – proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

Art. 18. O Presidente do Conselho será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente do Conselho, e na ausência de ambos, o Secretário Geral do Conselho presidirá a reunião.

Art. 19. A Presidência e Vice-Presidência do Conselho será alternada entre mandato de representantes do Poder Público e representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º O Regimento Interno definirá a forma de indicação da Presidência e Vice-Presidência.

§ 2º O primeiro mandato da Mesa Diretora do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR será exercido por representantes do Poder Público.

Art. 20. Ao Secretário Geral do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR compete:

I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;

II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;

III – exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Art. 21. O Secretário Geral do Conselho será indicado pelo Presidente dentre os demais membros do Conselho, obrigatoriamente.

Art. 22. Ao Secretário Executivo do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR compete:

I – manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;

II – organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho.

Art. 23. O Secretário Executivo do Conselho será indicado pelo Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, dentre os servidores públicos integrantes de seu quadro de pessoal.

Art. 24. O Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR.

Art. 25. O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbindo à Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU adotar as providências necessárias para tanto.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 26. O Poder Executivo do Estado do Paraná deverá convocar a primeira Assembleia para eleição dos representantes da sociedade civil no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Lei, assegurando a publicidade e ampla divulgação.

Parágrafo único. A primeira Assembleia para eleição dos representantes da sociedade deverá ser realizada 15 (quinze) dias após a publicação do Edital de Convocação em Diário Oficial.

Art. 27. As diretrizes, prazos e metodologia para realização das demais Assembleias para eleição dos representantes da sociedade civil deverão ser regulamentadas em Regimento Interno.

Art. 28. O Poder Executivo do Estado do Paraná arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência dos Conselheiros não residentes em Curitiba e Região Metropolitana, para o exercício de suas funções.

Art. 29. O Poder Executivo do Estado do Paraná custeará as despesas dos Delegados eleitos nas Conferências Estaduais dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, para viabilizar a sua presença nas Conferências Nacionais.

Parágrafo único. A previsão do *caput* deste artigo refere-se tanto aos Delegados representantes do Poder Público quanto aos Delegados representantes da sociedade civil organizada.

Art. 30. O Poder Executivo arcará com as despesas de realização e divulgação nas Conferências Estaduais dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

u



ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria de Estado da Justiça,
Cidadania e Direitos Humanos



PROTOCOLO: 13.336.803-5

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
SEJU.



ASSUNTO: Anteprojeto de Lei do CERMA/PR.

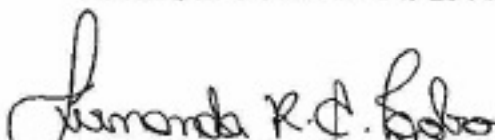
DESPACHO - NJA/SEJU

Trata-se de Anteprojeto de Lei que visa instituir no âmbito desta Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná

Encaminhe-se ao Grupo Orçamentário Setorial – GOS para manifestação quanto à possibilidade de impacto orçamentário ou financeiro do referido anteprojeto de lei para esta Secretaria.

Após, retorne este protocolado ao NJA/SEJU.

Curitiba, 27 de outubro de 2014.


Fernanda Regina Carneiro Lobo
Residente Técnica – NJA/SEJU

Confere com o original

SEGG/CTL, em 27/10/14

Ass. 



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos
Humanos
Grupo Orçamentário Setorial



INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA nº 0909/2014/GOS

Protocolo:	13.336.803-5
Objeto:	Minuta de Anteprojeto de Lei para criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná.
Valor:	R\$ 13.000,00 – estimado para o ano de 2015
Data:	20/11/2014

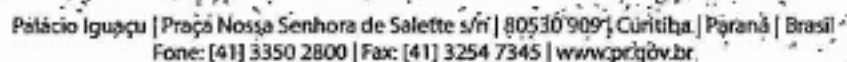
Retificamos a Informação Orçamentária nº 0853/2014/GOS, que as despesas para custeio e manutenção do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná, órgão colegiado, deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações governamentais, deverão correr a conta da dotação orçamentária 4902.14422034.182 – Desenvolvimento de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos, categoria econômica da despesa corrente - 3, Fonte do Tesouro do Estado.

Esclarecemos que a despesa está contemplada no Plano de Metas do Governo, prevista no Plano Plurianual 2012-2015, conforme Lei 17.013 de 14/12/11, e está incluída na proposta orçamentária para o exercício de 2015 em trâmite na Assembleia Legislativa, não estando em desacordo com a Lei Complementar nº 101 de 04/05/00, conforme o que consta no Art 16 § 1º incisos I e II.

Maria Sirlene Zietek
Maria Sirlene Zietek

Chefe do GOS/SEJU

Confere com o original
Selo CTL, em
Ass.





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Esta política não se finda nos refúgios. As migrações para o Brasil aumentaram exponencialmente, seja pela concessão de vistos humanitários ou pelo conjunto de fatores que desencadearam o fluxo migratório contemporâneo que tem o Brasil como grande polo abarcador de migrantes.

Todo este deslocamento mundial se dá por diversos fatores, dentre eles destacam-se sintomas da globalização, da macroeconomia, do fluxo migratório e de grandes eventos que ocorreram e ocorrerão em nosso país.

Para exemplificar a questão migratória, citamos o estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com a Pontifícia Universidade Católica - PUC de Minas Gerais sobre os haitianos no Brasil. Da pesquisa, destaca-se que Curitiba é a quarta cidade que mais abriga haitianos e a de Pinhais a décima. Estas duas cidades também estão no ranking das que mais concedem vistos. Estima-se que o Brasil tem hoje mais de 40.000 haitianos e, destes, aproximadamente 10% encontram-se em território parananense.

Muitos destes estrangeiros, não somente os haitianos, estão em situação de vulnerabilidade e se submetem a empregos degradantes, situações vexatórias e são vítimas de diversos crimes em razão de sua raça, etnia, cor, religião e origem.

A Corte Internacional de Direitos Humanos, acerca do princípio da igualdade e destas situações migratórias, se posicionou conforme jurisprudência abaixo:

"Geralmente, os migrantes se encontram em situação de vulnerabilidade como sujeitos de direitos humanos, em uma condição individual de ausência ou diferença de poder a respeito dos não migrantes (nacionais ou residentes). Essa condição de vulnerabilidade tem uma dimensão ideológica e se apresenta em um contexto histórico que é distinto para cada Estado, e é mantida por situações de jure (desigualdades de nacionais e estrangeiros nas leis) e de facto (desigualdades estruturais). Essa situação conduz ao estabelecimento de diferenças no acesso de uns e outros aos recursos públicos administrados pelo Estado". (Jurisprudência da Corte Internacional de Direitos Humanos/Secretaria Nacional da Justiça, Comissão de Anistia, Corte Internacional de Direitos Humanos, Brasília, MJ, 2014, pág. 138).

A resolução A/RES/54/166 de 24.02.2000 da Assembleia da Nações Unidas versa também sobre esta temática de proteção do migrante: *"que a situação de vulnerabilidade em que costumam se encontrar os migrantes, devido, entre outras coisas, a que não vivem em seus Estados de origem e às dificuldades que enfrentam por causa de diferenças de idioma, costumes e cultura, bem como as dificuldades econômicas e sociais e os obstáculos para retornar a seus Estados de origem a que devem fazer frente os migrantes sem documentação ou em situação irregular."*

Ná continuidade da resolução, demonstra-se a preocupação *"pelas manifestações de violência, racismo, xenofobia e outras formas de discriminação e tratamento desumano e degradante de que são objeto os migrantes, em especial as mulheres e as crianças, em diferentes partes do mundo."*



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Esse êxodo para o Brasil trouxe novas discussões que outrora eram mínimas acerca da presença do estrangeiro em território nacional. Esforços conjuntos vêm sendo realizados para amparar toda esta demanda e a formação de um Conselho de Direitos, que trate destas questões, é fundamental para que tenhamos a sociedade civil e o poder público regularmente representados, debatendo e fiscalizando políticas públicas para esta população minoritária e, muitas vezes, em estado de vulnerabilidade.

A formação de Conselhos respalda-se na Política Nacional de Participação Social, estabelecida pelo Decreto nº 8.243/2014 que define os Conselhos de políticas públicas, em seu inciso II do art. 2º, como instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas.

O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná – CERMA/PR pretende deliberar sobre a elaboração e implementação de políticas públicas que atendam esta nova realidade, além de analisar e acompanhar as denúncias de violação de direitos desta população.

Por todo o exposto, justifica-se a criação do referido Conselho face aos direitos fundamentais deste segmento da população e a sua realidade social no Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLAVIO ARNS
Governador do Estado em exercício



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2014

Projeto de Lei nº 506/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 122/2014

Súmula: Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

EMENTA: CRIA O CERMA/PR – CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS. LEGITIMIDADE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA ANEXA.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade instituir, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior o CERMA/PR – Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

VISTA EM 03/12/2014

Trides Melo

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Conforme artigo 9º do projeto em tela, considera-se exercício da função de Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas o Paraná – CERMA/PR como de serviço público relevante e prioritário, justificando ausência a outros serviços e sem percepção de remuneração ou gratificação..

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como, a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Assim, oportuno ressaltar, com relação à iniciativa das Leis, a previsão da **Constituição do Estado do Paraná**, em seu artigo 65, seguinte:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ademais, da análise, verifica-se que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da **Constituição do Estado do Paraná**:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(vide ADIN 979-6)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (grifo nosso)

Sendo assim, a previsão do referido Conselho está inserido na estrutura organizacional da **Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU** que, conforme, Regulamento, Decreto nº 10.714, de 09 de abril de 2014, dispõe:

Art. 2º O campo de atuação da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU compreende as atividades relacionadas com a definição de diretrizes para a política governamental, focada no respeito à dignidade humana, bem como a coordenação de sua execução, nas áreas:

VII - de preservação dos direitos humanos e sociais e garantia das liberdades individuais e coletivas; (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser modificada, no que diz respeito ao Art. 5º, inciso V, que inclui na composição do Conselho um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado, Emprego e Economia Solidária – SETP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



No entanto, observa-se que a dita Secretaria será extinta, por meio do projeto de lei nº 519/2014, ficando transferidas as respectivas competências à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, que passa a denominar-se de Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, 4º §º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como modificativa aquela proposição apresentada que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da Emenda Modificativa anexa, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 02 de dezembro de 2014.

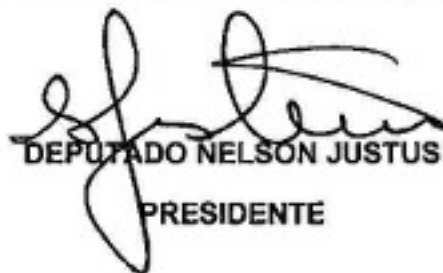


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury







Comissão de Constituição e Justiça




DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR







APROVADO
08/12/10



Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO Nº 506/2014

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa para alterar o Art. 5º, inciso V, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 5º A representação do Poder Público será composta por:

(...)

V – 01(um) um membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, a serem indicados pelo titular da Pasta;

Sala das Comissões, 02 de dezembro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR

APROVADO

08/12/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2014

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 122/2014, objetiva instituir, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

A Comissão de Constituição e Justiça por meio de seu Relator já exarou o parecer favorável, devidamente aprovado, por estarem presentes os requisitos constitucionais.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta traz em sua justificativa a finalidade de viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto à iniciativa no art. 65 e 66, e a competência privativa no art. 87, III todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, a proposta em questão não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que vem acompanhando a proposta a Informação Orçamentária nº 0909/2014 do Grupo Orçamentário Setorial da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, esclarecendo que a despesa está contemplada no Plano de Metas do Governo, prevista no Plano Plurianual 2012-2015, e está incluída na proposta orçamentária para o exercício de 2015.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

Deste modo, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim o devido parecer **Favorável**.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

15/12/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR

Dr. Waldyr

Dr. R. G. G. G.

Dr. Elton R. R.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Direitos Humanos e Cidadania



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2014

Projeto de Lei nº. 506/2014

Autor: Poder Executivo

Súmula: Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo instituir, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU – o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas – CERMA/PR.

O seu objetivo é atuar como órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, tendo por finalidade viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes em todas as esferas da administração pública paranaense.

A proposição elenca as competências do Conselho, bem como sua quantidade de membros, forma de composição, nomeação, tempo de mandato, organização de suas reuniões, quórum de deliberação e competências de seus membros.

O Projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça no dia 08/12/2014, na forma de uma emenda corretiva, tendo como Relator o Deputado Pastor Edson Praczyk, e na Comissão de Finanças no dia 15/12/2014, tendo como relator o deputado Enio Verri, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do art. 33-U do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que a criação do conselho vem exatamente no sentido de garantir os direitos e garantias previstos em nossa Constituição Federal, da qual devemos destacar o art. 1º, inciso III, que garante a dignidade da pessoa humana, o art. 3º, incisos III e IV, que tratam como objetivos fundamentais da República a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação e, principalmente, o caput do artigo 5º, que garante o seguinte:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Direitos Humanos e Cidadania



Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

O objetivo do projeto vem de encontro ao considerável aumento do número de estrangeiros no Brasil, ocorrido nos últimos anos. Segundo dados do Ministério da Justiça, no ano de 2010 foram feitas 566 solicitações de permanência, enquanto em 2013 foram 5.256, número que vem crescendo desde o último balanço apresentado.

Cabe ressaltar que o Decreto Federal nº 8.243/2014 define as diretrizes da Política Nacional de participação Social - PNPS - e, em seu art. 2º, inciso II, prevê a função dos Conselhos:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

II - conselho de políticas públicas - instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas;

Diante do exposto, conclui-se que a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados é uma medida justificável quando analisada a situação dos estrangeiros em nosso país. Assim, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do presente Projeto, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 09 de março de 2014.

DEP. CÍRCULO
BRASILEIRO

DEPUTADO TADEU VENERI
Presidente

DEP. RASCA RODRIGUES

DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator

DEP. PAULO LITREO

DEP. MARIA VICTÓRIA



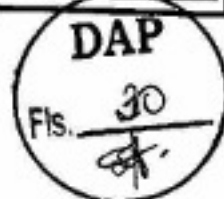
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

Emenda de Plenário nº 01

DAP 14 ABR 2015

Visto: Claudio

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 506/2014



Nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Paraná, apresenta-se substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 506/2014:

*Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

Art. 1º Institui, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – Seju, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

Art. 2º O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr tem por finalidade viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas.

Art. 3º Compete ao Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr:

I – avaliar, deliberar e participar da elaboração das políticas públicas estaduais destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

II – acompanhar e fiscalizar a implementação das políticas públicas estaduais destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

III – propor a adoção de mecanismos e instrumentos para realizar o levantamento e a sistematização de dados sobre a ocorrência de migração e entrada

15:07 14/04/2015 001744 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

de refugiados no Estado do Paraná;

IV – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

V – assegurar a participação e o controle popular sobre a elaboração e a implementação das políticas públicas para promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, por intermédio de programas, projetos, planos e ações;

VI – indicar as prioridades de atuação, auxiliando na aplicação de recursos públicos estaduais destinados à implementação das políticas públicas estaduais voltadas aos refugiados, migrantes e apátridas;

VII – acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Estado, indicando à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - Seju as modificações necessárias à consecução da política pública estadual formulada, bem como para o adequado funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr;

VIII – receber, encaminhar e acompanhar as denúncias relacionadas às violações dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas aos órgãos competentes, na forma prevista em Regimento Interno;

IX – encaminhar estrangeiros que sejam identificados como vítimas de tráfico de pessoas ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Paraná – NETP/PR;

X – propor e fomentar a realização de campanhas destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

XI – acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, programas e projetos decorrentes de tratados e convenções internacionais;

XII – instituir câmaras técnicas ou instâncias compostas por membros do Conselho, com a finalidade de promover a discussão e a articulação de temas relevantes para a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas no Estado do Paraná;

XIII – prestar colaboração técnica e informativa, em sua área de atuação, aos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná e às entidades da sociedade civil organizada;

XIV – indicar alterações legislativas, quando necessário, para o aperfeiçoamento da legislação vigente;

XV – incentivar e realizar estudos, debates e pesquisas sobre a temática;

XVI – promover e manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais, visando à defesa e promoção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

XVII – emitir notas de recomendação às entidades públicas e privadas para assegurar a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, fixando prazo razoável para seu atendimento ou para manifestação das entidades;

XVIII – orientar agentes públicos, formuladores e gestores das políticas públicas sobre as ações de promoção dos direitos e deveres dos solicitantes de refúgio, refugiados, migrantes e apátridas;

XIX – promover a capacitação e instrumentalização dos conselheiros estaduais e municipais dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

XX – pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, da Secretaria de Estado



da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - Seju;

XXI – elaborar e apresentar, anualmente, ao Secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, ao Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania e à sociedade civil, relatório circunstanciado de suas atividades desenvolvidas durante o período;

XXII – aprovar, de acordo com os critérios a serem estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento aos refugiados, migrantes e apátridas;

XXIII – elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr.

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr, poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado do Paraná, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o cumprimento das suas competências.

Art. 4º O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr será composto por dezoito membros titulares e seus respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

Art. 5º A representação do Poder Público será composta por:

I – um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado responsável pela política pública da justiça, da cidadania e dos direitos humanos, a serem indicados pelo titular da Pasta;



II – um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado responsável pela política pública da segurança pública, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III – um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado responsável pela política pública do trabalho e da assistência social, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV – um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado responsável pela política pública da saúde, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V – um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado responsável pela política pública da cultura, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado responsável pela política pública da educação, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VII – um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado responsável pela política pública do esporte e do turismo, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VIII – um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado responsável pela política pública da ciência, da tecnologia e do ensino superior, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX – um membro titular e um membro suplente, representantes da Casa Civil, a serem indicados pelo titular da Pasta;

Art. 6º A representação da sociedade civil organizada será composta por nove membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos em assembleia geral



a ser convocada para este fim específico, dentre as entidades da sociedade civil organizada, obrigatoriamente ligadas à proteção e defesa dos direitos dos refugiados, migrantes ou apátridas, estatutária ou por carta de princípios, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 7º Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr com direito a voz, mas sem direito a voto:

I – um representante do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Paraná e seu suplente, a serem indicados pelo Procurador-Chefe;

II – um representante do Ministério Público do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná;

III – um representante da Defensoria Pública da União e seu suplente, a serem indicados pelo Defensor Público-Geral Federal;

IV – um representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados pelo Defensor Público-Geral;

V – um representante da Universidade Federal do Paraná – Cátedra Sérgio Vieira de Mello e seu suplente, a serem indicados pelo Reitor da Instituição;

VI – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná e seu suplente, a serem indicados pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná;

VII – um representante do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná – CETP/PR e seu suplente, a serem indicados pelo presidente do respectivo colegiado;



VIII – um representante da Polícia Federal e seu suplente, preferencialmente que atuem na Delegacia de Polícia de Imigração/Delemig, a serem indicados pelo Superintendente Regional do Paraná.

IX – um representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

Art. 8º O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr, poderá convidar para participar de suas reuniões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 9º Considera-se o exercício da função de Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr como de serviço público relevante e prioritário, justificando ausência a outros serviços, e sem percepção de remuneração ou gratificação.

Art. 10. Os membros do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná.

Art. 11. O mandato dos membros do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr é de três anos, sendo permitida a recondução.

Art. 12. Caberá aos órgãos públicos e à sociedade civil organizada a indicação de seus membros efetivos e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - Seju.

Art. 13. Os representantes da sociedade civil organizada e seus



respectivos suplentes somente serão destituídos de seus mandatos por deliberação da maioria qualificada do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr, assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 14. O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

Art. 15. As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr em primeira convocação serão tomadas pela maioria simples, estando presentes a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr em segunda convocação serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes.

Art. 16. Todas as reuniões do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr serão públicas e abertas à manifestação dos participantes, mediante autorização do Presidente do Conselho.

Parágrafo único. Os participantes das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr deverão inscrever-se junto ao Secretário-Geral para manifestar-se e aguardar a autorização do Presidente do Conselho, o qual deverá avaliar a oportunidade e conveniência do momento adequado para a manifestação.

Art. 17. Ao Presidente do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr compete:

I – representar o Conselho junto às autoridades, aos órgãos públicos e



às entidades da sociedade civil;

II – dirigir as atividades do Conselho;

III – convocar e presidir as sessões do Conselho;

IV – proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

Art. 18. O Presidente do Conselho será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente do Conselho, e na ausência de ambos, o Secretário-Geral do Conselho presidirá a reunião.

Art. 19. A Presidência e Vice-Presidência do Conselho será alternada entre mandato de representantes do Poder Público e representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º O Regimento Interno definirá a forma de indicação da Presidência e Vice-Presidência.

§ 2º O primeiro mandato da Mesa Diretora do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr será exercido por representantes do Poder Público.

Art. 20. Ao Secretário-Geral do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr compete:

I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;

II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;

III – exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Art. 21. O Secretário-Geral do Conselho será indicado pelo Presidente dentre os demais membros do Conselho, obrigatoriamente.

Art. 22. Ao Secretário Executivo do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr compete:

I – manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;

II – organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho.

Art. 23. O Secretário Executivo do Conselho será indicado pelo Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - Seju, dentre os servidores públicos integrantes de seu quadro de pessoal.

Art. 24. O Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - Seju, prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr.

Art. 25. O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbindo à Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – Seju adotar as providências necessárias para tanto.

Art. 26. O Poder Executivo do Estado do Paraná deverá convocar a primeira assembleia para eleição dos representantes da sociedade civil no prazo máximo de noventa dias, contados da data de publicação desta Lei, assegurando a publicidade e ampla divulgação.



Paragrafo único. A primeira assembleia para eleição dos representantes da sociedade deverá ser realizada quinze dias após a publicação do Edital de Convocação em Diário Oficial.

Art. 27. As diretrizes, prazos e metodologia para realização das demais assembleias para eleição dos representantes da sociedade civil deverão ser regulamentadas em Regimento Interno.

Art. 28. O Poder Executivo do Estado do Paraná arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência dos Conselheiros não residentes em Curitiba e Região Metropolitana, para o exercício de suas funções.

Art. 29. O Poder Executivo do Estado do Paraná custeará as despesas dos Delegados eleitos nas Conferências Estaduais dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, para viabilizar a sua presença nas Conferências Nacionais.

Parágrafo único. A previsão do *caput* deste artigo refere-se tanto aos Delegados representantes do Poder Público quanto aos Delegados representantes da sociedade civil organizada.

Art. 30. O Poder Executivo arcará com as despesas de realização e divulgação nas Conferências Estaduais dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2015.

Dep. Luiz Claudio Romanelli
Líder do Governo

Gilson
Rafael Lúcio

Gilson

Guilherme
Geronzi

Bier

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda na forma de substitutivo geral a fim de adequar o texto do Projeto de Lei às novas estruturas das Secretarias de Estado, acarretando assim mudança no número de representantes governamentais e não governamentais do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – Cerma/Pr, bem como, para prever a possibilidade de novos representantes participarem das reuniões com direito a voz, mas sem direito a voto. Ainda, foi feita uma adequação do projeto à Lei Complementar nº 176, de 11 de julho de 2014, devido à reorganização das Secretarias de Estado e suas nomenclaturas.





PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre a Emenda Substitutiva apresentada no Projeto de Lei nº 506, de 2014, de autoria do Poder Executivo que estabelece a *criação do conselho estadual dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas do Paraná*.

Relator: Dep. PEDRO LUPION

i. Relatório

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade criar o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

Ocorre que, em data de 14 de abril de 2015, durante a segunda discussão em Sessão Plenária, o presente projeto de lei recebeu Emenda - *Substitutiva Geral*, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

É O RELATÓRIO



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



ii. Fundamentação

Nos termos do artigo 33-A¹ do RIALEP compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e Casa Legislativa.²

A matéria tratada no Substitutivo guarda relação direta a matéria versada na proposição principal.

Trata-se de Substitutivo Geral apresentado nos termos do artigo 136³ e 137, §2º⁴ do RIALEP. De igual forma não se vislumbra qualquer impedimento em relação a matéria, àqueles previstos no artigo 140⁵ do RIALEP.

Formalmente cumpre os critérios descritos no artigo 139⁶, uma vez que está subscrita por cinco parlamentares, e oportunamente cumpre o que determina o artigo 141⁷, ambos do RIALEP, estando formalmente apto para sua regular tramitação.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que "O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade".

³ Art. 136 Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

⁴ Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

[...]

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

⁵ Art. 140 Nos projetos de competência exclusiva da Assembleia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembleia.

⁶ Art. 139 As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

⁷ Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro de Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.

§ 1º Apresentada emenda a projeto em discussão, em Regime de Urgência, o Presidente encaminhará-a à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, tornar-se difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, com requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Em relação à matéria versada na emenda, assim como na proposição originária, não se vislumbra qualquer inconstitucionalidade formal.

A proposição também não apresenta qualquer inconstitucionalidade material, uma vez que não há qualquer conflito com a legislação vigente, assim como não contraria qualquer princípio ou regra geral de Direito.

De igual forma, no tocante a técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, bem como com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Logo, a redação da emenda analisada está em perfeita harmonia com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176 de 11 de julho de 2014.

Ante todo o exposto, voto pela APROVAÇÃO do SUBSTITUTIVO em análise.

É O VOTO.

iii. Conclusão

Ante o parecer e as razões acima expostas concluo pela **APROVAÇÃO do SUBSTITUTIVO**, de autoria do Deputado LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI no Projeto de Lei nº 506, de 2014, de autoria do Poder Executivo.

SALA DAS COMISSÕES, 15 de Abril de 2015.

DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

APROVADO

15.04.15

Página 3 de 3



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 03 FEV. 2015

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 36 DE 2015

SÚMULA: Cria a Rota das Ostras no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Art. 1º A presente Lei tem por objetivo criar a Rota das Ostras no Estado do Paraná, em toda extensão do litoral paranaense.

Art. 2º Para efeito desta Lei, integram a Rota das Ostras os Municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina e Morreles.

Art. 3º A responsabilidade pela indicação dos pontos pertencentes à Rota das Ostras em cada Cidade será do Poder Executivo Municipal do local.

Parágrafo único. O Poder Executivo Estadual poderá auxiliar os Municípios na elaboração dos pontos pertencentes à Rota das Ostras.

Art. 4º Com a finalidade de identificar a Rota das Ostras, deverão ser instalados, em local a ser estudado, um portal com a inscrição Rota das Ostras e um posto que, além de oferecer informações acerca do molusco que empresta o nome a rota em comento, agende visitas a cultivos marinhos e às produções artesanais feitas com farinha e casca de moluscos.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.

ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como objetivo criar a Rota das Ostras no Estado do Paraná, em toda extensão do litoral paranaense, como forma de valorizar nosso litoral e colaborar para o desenvolvimento do turismo em nosso Estado.

A implantação deste caminho trará benefícios ao turismo ecológico, através da criação de trilhas monitoradas na região; ao turismo histórico e cultural, com a valorização das tradições locais, festivas e artesanato com conchas de moluscos, inclusive através de oferta de cursos; ao turismo gastronômico, com pratos como a farinha de ostra e com o molusco.

As ações nesta área do turismo são bastante diversificadas e todas podem tornar o Estado mais conhecido e desenvolvido. Passeios turísticos de observação das estações de cultivo, assim como passeios de ônibus e barco pelas praias e ilhas nas regiões para o conhecimento do cultivo e trabalho do maricultor poderão ser criados e implantados. Também há a possibilidade de se realizar festas anuais, bem como, a inclusão do evento no calendário oficial.

Não podemos deixar de salientar que nosso Estado possui fatores preponderantes para o desenvolvimento de ostras. Os mais importantes são a tecnologia de cultivo, a não poluição ambiental e o grau de salinidade perfeito para a maricultura. A ostra do Pacífico cresce e se desenvolve muito bem em ambientes com salinidade de 18 a 32‰. Em nosso litoral, existem ambientes junto a costa cuja salinidade varia bastante, de zero a 35‰, devido aos regimes de chuva e marés, diminuindo assim, o tempo de desenvolvimento.

Cabe observar que um projeto idêntico foi apresentado pelo parlamentar que o presente subscreve na legislatura passada, tendo sido arquivado por ainda encontrar-se em trâmite ao final da legislatura. Tal projeto foi analisado pela Paraná Turismo, que se manifestou favorável à sua implantação, através do parecer cuja cópia é trazida em anexo.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



PARECER AO PROJETO DE LEI N. 36/2015

Projeto de Lei nº. 36/2015

Autor: Deputado Antônio Anibelli Neto

Súmula: Cria a Rota das Ostras no Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: TURISMO. CRIA A "ROTA OSTRAS". COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 190 E ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA SECRETARIA DO TURISMO. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli Neto, visa criar a "Rota das Ostras" no Estado do Paraná e dá outras providências. Para fim desta lei, integram a Rota das Ostras os Municípios de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina e Morretes.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Neste mesmo diapasão, a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65 aduz:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Verifica-se, que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei em tela, conforme disposição do artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em tempo a **MAGNA CARTA** dispõe, em seu artigo 24, IX, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, corroborando com o estabelecido no artigo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



215, caput, no qual o Estado deve garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, desta forma prestar apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Ainda, conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

○ Quanto ao propósito da proposição em análise, importante frisar que, conforme preceitua o artigo 144 da Constituição Estadual, o Estado promoverá o turismo como forma de desenvolvimento, senão vejamos:

Art. 144. O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

○ Por derradeiro, considerando que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Ademais, manifestou-se favoravelmente ao projeto a Secretaria de Estado do Turismo, através do Parecer técnico FAVORÁVEL em anexo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza

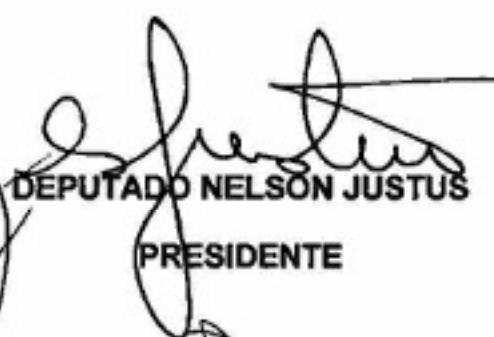


No que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e conforme o parecer técnico **FAVORÁVEL** da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná e, ainda, em virtude da constitucionalidade e legalidade do projeto de lei analisado, esta comissão opina, pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 10 de Março de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO GILSON DE SOUZA

RELATOR



APROVADO

10.03.15


Dep. Gilson
Dep. Tiago
Francischini


Dep. Anis


Dep. Bastian



COMISSÃO DE TURISMO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 036/2015

Autoria : Deputado Antonio Anibelli Neto

Súmula: Cria a Rota das Ostras no Estado do Paraná e dá outras providências.

PREÂMBULO

O presente projeto de Lei , de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, visa criar a "Rota das Ostras" no Estado do Paraná, abrangendo os municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina e Morretes, pretendendo com a medida trazer benefícios ao turismo ecológico, histórico e cultural, assim como ao gastronômico.

FUNDAMENTAÇÃO

Sob o ponto de vista da legalidade e da constitucionalidade, o presente projeto já obteve a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, não havendo óbices quanto a sua regulamentar tramitação.

No que concerne ao turismo propriamente dito, a Lei nº 15973/2008, trata sobre a Política Estadual de Turismo, elencando este importante segmento econômico como uma forma para desenvolver atividades diversas que valorizem as potencialidades locais, especialmente as atividades econômicas, o patrimônio ambiental e cultural, seja através da gastronomia, de festividades, etc.

Ressalte-se que em Parecer Técnico sob nº 18-2014 – DT, a Paraná Turismo manifestou-se de forma favorável à implementação da




referida Rota das Ostras, vislumbrando ganhos significativos com a sua adoção.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, face a sua relevância e inserção na Política Estadual de Turismo.

Sala das Comissões, 23 de março de 2015.


DEPUTADA CLAUDIA PEREIRA
RELATORA


DEPUTADO CHICO BRASILEIRO
PRESIDENTE



